

Circuitos produtivos da pesca artesanal no Rio de Janeiro - Brasil: desafios e contextos

Catia Antonia da Silva – Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social (área de Concentração História Social do território) – Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil – E-mail: catia.antonio@gmail.com

Apresentação

A economia política e o território são ferramentas conceituais, teóricas e metodológicas importantes para a análise do circuito produtivo da pesca artesanal em contextos metropolitanos porque contribuem na compreensão da relação sociedade-Estado que interferem nas forças produtivas do circuito econômico e identifica sua relação com a base espacial. Nessa base, o conceito de território é categoria analítica que permite identificar a totalidade (como dialética socioespacial) a partir da identificação dos conflitos causados pelas grandes corporações, pelo Estado na economia da pesca artesanal e seus impactos na vida do pescador artesanal. Trata-se do enfrentamento cotidiano de ações entre diversos agentes que compartilham o mesmo espaço geográfico – a metrópole. A metrópole consiste na diversidade de tipos de atividades econômicas, de ações estatais e de disputa de projetos.

Os coletores e pescadores, em geral, são donos dos meios de produção e realizam a extração de pescado ou coleta de mariscos e caranguejos. Trata-se de uma forma de trabalho e de economia muito antiga, primária que se remonta ao período colonial e se realiza por meio de circuito produtivo que envolve a atividade de produção de rede, da embarcação, técnica de pescar e de maricultura, além da venda a atacado e a varejo nos setores de comércio urbano. Os trabalhadores vivem, em geral, em condições de muita pobreza devido à estrutura precária de sua economia e devido à deteriorização das condições ambientais (poluição das águas das baías e dos rios causada pela industrialização e pela deficiência do saneamento básico) e à redução das áreas de pesca (embarque-desembarque), de navegação e as áreas tradicionais de comunidade de pescadores e de venda de pescado por causa da pressão de ocupação urbana e da modernização espacial feita pelos

grandes empreendedores industriais e pelo crescimento de domicílios residenciais.

O presente trabalho tem como finalidade analisar a problemática da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro, averiguando o circuito produtivo e a condição de trabalho do pescador artesanal na Baía de Guanabara, averiguando a relação com a vida metropolitana. Esta análise será orientada pela base teórico-conceitual, que permite averiguar o entendimento dos conceitos: território, economia política e metrópole.

Conhecendo a pesca artesanal: normatização, economia e trabalho

A pesca artesanal é importante posto de trabalho e de economia no Brasil, destacando-se como cadeia produtiva que faz parte de circuito produtivo nacional, em que faz parte também a pesca industrial e a aquicultura. Na pesca artesanal, na maioria das vezes, o trabalhador é dono dos meios de produção: o barco, a rede, os petrechos e a técnica de pescar. Faz parte dos circuitos produtivos a coleta de pescado e maricultura, o beneficiamento, a venda em atacado e a varejo, a produção de redes, de embarcações, conserto de redes e embarcações. Muito antiga, tem origem nas técnicas indígenas, nas técnicas portuguesas e espanholas de navegar, pescar e produzir redes e de elaborar embarcações, remontando a atividade aos antecedentes do período colonial. Esta atividade passa por diversas formatações institucionais realizadas pelo Estado. No século XIX, durante o império, a atividade da pesca foi um dos braços da Marinha Brasileira no processo de domínio, ocupação e proteção do litoral brasileiro, era considerado trabalho livre na realidade da sociedade escravocrata. (RESENDE, 2010). Na Primeira Constituição Republicana do Brasil, promulgada em 1891, teve notabilidade novamente com a Marinha que foi o primeiro braço institucional do Estado a regionalizar, regulamentar a atividade e a institucionalizar as colônias de pescadores e as federações estaduais de pesca. Em 1919, a Marinha Brasileira cria as “Zonas de Pesca”, núcleos de pescadores levando em conta quantidade e distância em todas as sedes mapeada que já tinham a tradição de ser chamadas de “Colônia de pescadores. Em 1926, a atividade passa para responsabilidade do Ministério da Agricultura e mais recentemente, em 2003, no Governo Lula é criada a Secretaria especial de Pesca e Aquicultura do Governo Federal e, em 2009,

depois de um movimento de luta muito forte é institucionalizado o Ministério da Pesca. Desde a implementação da industrialização brasileira, a atividade da pesca também passa por um processo de especialização e de divisão social do trabalho, configurando-se em quatro setores importantes no processo de produção de pescado brasileiro: a pesca industrial, a aquicultura, a pesca amadora e a pesca artesanal.

De acordo com a última Lei de nº 11.959, de 29 de junho de 2009, pesca é toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. No artigo 4º dessa mesma Lei, a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. Desse modo, conformando o circuito produtivo da pesca, no Artigo 8º, a pesca, para os efeitos dessa Lei, classifica-se como atividade comercial, seguindo dois tipos: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte e extraindo no máximo 10 toneladas mensal; e b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados assalariados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial extraindo mensalmente mais de 10 toneladas.

As embarcações da pesca artesanal também são normatizadas pela Lei no 11.959, são aquelas que, permissionadas e registradas perante as autoridades competentes, na forma da normatização específica. No Parágrafo 3º da citada Lei, para fins creditícios, são considerados instrumentos de trabalho as embarcações, as redes e os demais petrechos e equipamentos utilizados na pesca artesanal, e o parágrafo 4º ressalta que a embarcação utilizada na pesca artesanal, quando não estiver envolvida na atividade pesqueira, poderá transportar as famílias dos pescadores, os produtos da pequena lavoura e da indústria doméstica, observadas as normas da

autoridade marítima aplicáveis ao tipo de embarcação. No parágrafo 5^o, por sua vez, especifica que é permitida a admissão, em embarcações pesqueiras, de menores a partir de 14 (catorze) anos de idade, na condição de aprendizes de pesca, observadas as legislações trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, bem como as normas da autoridade marítima.

A legislação que regulamenta a pesca artesanal é construída de acordo com a compreensão e os limites da modernização do setor, por isso que a normatização acaba contribuindo para a manutenção da tradição das forças produtivas, das técnicas na pesca artesanal e das condições de trabalho do pescador que remonta as bases mais antigas. Seus trabalhadores e empreendedores, em geral, têm baixa escolaridade, baixa renda e vivem em condições de vulnerabilidade ambiental e de precariedade social. Assim, a pesca artesanal apesar de seu reconhecimento junto ao Estado como atividade econômica e posto de trabalho vive nos limites da formalidade/informalidade, isto deve-se a vários fatores que vale a pena desvelar ao longo dessa pesquisa, tais como: dificuldade de modernizar o setor, dificuldade de acesso às políticas públicas (defeso) e aos financiamentos do PRONAF, dificuldade de infra-estrutura de armazenamento e de abastecimento do pescado e dos frutos do mar, dificuldades de vender no mercado ampliado (atacado). A perecibilidade de seu produto e a dificuldade de organizar seu negócio tornam os pescadores frágeis negociantes, por isso, a atividade vive atrelada aos “atravessadores”, ou seja, comerciantes urbanos que adquirem o produto do pescador junto aos mercados atacados que se localizam em pontos estratégicos (áreas de embarque-desembarque (porto do Gradim em São Gonçalo), mercado atacadista na Colônia Z8 próximo ao Mercado São Pedro, em Niterói, dentre outros), neste locais, na madrugada, quando chegam do mar os pescadores vendem a esses comerciantes atacadista que dispõem de caminhões frigoríficos e de logística de distribuição do produto em supermercados, restaurantes e mercados de peixes a varejo.

No que se refere à estrutura da atividade, esta, de caráter familiar e/ou comunitário, ocorre por meio de parceria entre os trabalhadores do barco, ou seja, os parceiros são, em geral, familiares ou com algum grau de parentesco/amizade nos elos da comunidade-vizinhaça; não se tem carteira assinada e as relações de trabalho são de parceria e meeiro.

Apesar da pesca artesanal ser responsável pela grande maioria da produção no mercado fluminense, em particular, atinge mais de 50% da produção, a atividade vêm passando por forte processo de crise que tem acelerado sua precarização, apesar do quadro de lutas de seus trabalhadores e de reivindicação junto ao Estado por políticas públicas de trabalho e de estímulo ao desenvolvimento do setor.

Do ponto de vista de sua estruturação, a pesca artesanal tem características diferenciadas de estrutura e de trabalho, tornando-se núcleos bastante dispersos. Tais núcleos (comunidades) constituem-se, geralmente, de pequenos aglomerados de pescadores que vivem difusos, principalmente, na área litorânea sem formarem, contudo, um centro de importância econômica regional, que facilitaria o escoamento da produção. Essas comunidades utilizam em sua maioria pequenos barcos alguns a remo que denominam de caíque e outros que preferem chamar de pequenos barcos a motores movidos a diesel ou gasolina que são de fácil manutenção e baixo custo). Em sua maioria a atividade artesanal se concentra na pesca da sardinha e do camarão, pois possuem um bom valor de mercado e consumidores certos. Mas também se encontra outros barcos especializados na pesca de arrasto (mas conhecidos como traineiras) que retiram do mar tipos de peixes tais como: tainhas, corvinotas, robalo, dourado, entre outros.

Contextos da pesquisa: Pesca artesanal na baía de Guanabara e os limites dos usos do território

Desde 2004, o Laboratório de Estudos metropolitanos do Grupo de Pesquisa urbano, território e mudanças contemporâneas do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, coordenado por Catia Antonia da Silva tem realizado várias atividades de pesquisa, com projetos de investigação e de orientação de monografias, dissertações e consultoria junto a FEDERAÇÃO DE PESCADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.¹

¹ Após longo trabalho de diálogo entre a FEPERJ – Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadores da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi estabelecido convênio de cooperação FEPERJ e UERJ, assinado em 22/12/2006. Fundamento do Ato: Processo n 5561/UERJ/2006. Publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 2007. Diversos trabalhos de campo e entrevistas foram realizados pelos pesquisadores da UERJ junto às comunidades de pescadores dessas colônias, levantando a identificação de questões e problemas referentes às condições de trabalho que são extremamente graves e necessitam de intervenção imediata e de longo prazo.

Nesta parceria e nos trabalhos envolvidos, identificamos uma gama de problemas na atividade vividos pelos pescadores, homens e mulheres. Dentre eles, destaca-se a necessidade de averiguar aos limites e possibilidades da cadeia produtiva da pesca no Estado do Rio de Janeiro, ressaltando, sobretudo, a compreensão dos circuitos produtivos da pesca artesanal em contexto metropolitano porque é neste contexto, caracterizado por forte disputa por território, que a pesca artesanal tem vivido períodos de muita crise e precariedade. Em hipótese, acreditamos que a investigação do circuito produtivo é estratégica para a identificação das causas das dificuldades enfrentadas pela atividade e pela inserção do trabalhador, em que podemos destacar algumas delas, tais como a intervenção/dominação do “atravessador”, a poluição ambiental, a redução legal das áreas de pesca, a dificuldade de acesso às políticas estatais, os enfrentamentos políticos no jogo dos interesses das grandes corporações industriais..

A pesca artesanal, por ser atividade primária e ser base comunitária (memória e identidade na produção da arte de pescar a futuras gerações, a sua dependência do espaço geográfico é primordial. Na Baía de Guanabara, por exemplo, os núcleos (comunidades) constituem-se, geralmente, de pequenos aglomerados de pescadores que vivem difusos pela área litorânea. Tais núcleos são muito antigos demarcados pelas Colônias de pescadores (reconhecidas institucionalmente abaixo da Federação - FEPERJ), na Baía são cinco Colônias Z-8 (Niterói e São Gonçalo), Z-9 (Magé e Guapimirim), Z-10 (Ilha do Governador), Z-11 (Bonsucesso, Ramos, Ilha do Fundão – situados no município do Rio de Janeiro) e Colônia Z-12 (Caju, Centro, Urca – Rio de Janeiro), destacando-se 42 pontos de embarque e desembarque da atividade artesanal.

Predominam os caíques e as pequenas embarcações a motor que não possuem grande alcance e são limitados também por sua fragilidade a se dedicar à pesca de siri no litoral próximo aos mangues e a pesca da tainha e outro peixes de menor valor. Os pescadores dos caíques são os que, mais têm sofrido com a piora das condições ambientais da baía, principalmente por não possuírem uma reserva financeira para adquirirem novos equipamentos e não

terem acesso aos financiamentos, ficando a mercê da sorte, e das condições de trabalho cada vez mais insalubres e com uma carga horária mais longa, pois necessitam ampliar o tempo de navegação em direção à Ponte Rio-Niterói.

Devemos identificar que a Baía de Guanabara localiza-se na metrópole do Rio de Janeiro, a segunda maior área aglomerada em população e atividades, área de concentração de atividades e de população em um aglomerado urbano, tendo como centro um município maior receptor de modernização, denominado de município-núcleo, em geral, capital do estado. A metropolização é processo que resulta na vida cotidiana econômica, social entre municípios, circulação de pessoas, de mercadorias e de idéias, criando a cooperação metropolitana entre os municípios ainda que em condições muito desiguais entre eles (SILVA & CAMPOS, 2008). A Baía da Guanabara é palco de diferentes usos industriais, residenciais, de eixos viários e de trabalho dos pescadores artesanais. Na década de 1970, passou por diversas modernizações: ampliação do Porto do Rio de Janeiro, criação da Ponte-Rio Niterói (1975), instalação da indústria naval, instalação de rodovias federais, destacando a BR 101, implantação da indústria petroquímica em Duque de Caxias (Refinaria de Duque de Caxias - REDUC- PETROBRAS. Mais recentemente em meados dos anos 2000 um novo processo de modernização realizado principalmente pela PETROBRAS vem acontecendo na Baía de Guanabara. Entre elas destaca-se: o COMPERJ – complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e o GNL – Terminal de Gás Liquefeito. A criação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, no município de Itaboraí, tem com previsão de funcionamento em 2012. Segundo a PETROBRAS o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) é o maior investimento individual da história da companhia. Ainda no contexto da reestruturação produtiva da petroquímica na metrópole fluminense, na segunda metade da década de 2000.

Em 2007, iniciou a construção do empreendimento “Instalações do Terminal da Ilha Comprida, Adaptações do Terminal Aquaviário da Ilha Redonda e Dutos de GLP na Baía de Guanabara”, chamado de Projeto GLP, faz parte do Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangas) do Governo Federal. Esse Plano foi criado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), devido à situação instável em que se encontrava o setor de gás

nacional, e devido ao objetivo de diminuir os riscos associados ao fornecimento de gás da Bolívia. A grande área de influência e de produção de dutos, cortando o fundo da Baía de Guanabara e a área continental pelos municípios de Duque de Caxias em direção à REDUC atingindo Magé, Itaboraí, Guapimirim e São Gonçalo. No entanto esta figura não apresenta o planejamento da localização geográfica dos dutos, por terra e via aquática nos municípios de Magé, cortando, por exemplo, o Rio Suruí, passando também por Guapimirim, inclusive na área de proteção ambiental da APA de Guapimirim, por Itaboraí. Este eixo Magé-Guapimirim-Itaboraí é para articular-se estruturalmente ao COMPERJ e aos empreendimentos petrolíferos da Bacia de campos. E desde o início das obras de instalação tem impactado socialmente e espacialmente. Neste processo de modernização, os pescadores de Magé foram os mais prejudicados porque tiveram de parar, por várias vezes, a atividade de navegação e de pesca nos rios e no litoral locais das mediações das obras.

Além do crescimento populacional e dos milhares de domicílios sem adequação a rede geral de esgotamento sanitário e tratamento do lixo, por conseguinte, desembocando esgoto sanitário sem nenhum tipo de tratamento e grande quantidade de resíduos sólidos nos rios e baías (SILVA, 2006, SILVA, 2010, FREIRE & SILVA, 2010).

Destaca-se, também, no contexto metropolitano fluminense a cidade do Rio de Janeiro por abrigar sedes de várias empresas públicas, estatais e empresas privadas nas áreas de indústria, comércio e serviços, conformando as relações sociais necessárias da concentração e da centralização da produção, o que permite a intercomunicabilidade, ou seja, o chamado “burburinho” citado por Stoper & Venables (2005), que estruturam a relação entre forma organizacional, qualificação da mão de obra e inovação administrativa e tecnológica. Neste processo de ampliação da lucratividade e da produtividade, a relação da industrialização com a metrópole é diversa. Por vezes, a aglomeração pode ser um empecilho à ampliação da produtividade – às “deseconomias de aglomeração”. Entretanto, noutras vezes é a aglomeração que permite o “burburinho”, ou seja, as formas de sociabilidades e centralidades de massa intelectual que permite o avanço da inovação produtiva de acordo com as orientações de Stoper & Venables (2005). A centralidade

realiza-se, assim, devido à necessidade de reduzir o custo da instalação das infra-estruturas, apoiando-se na superposição das técnicas. Este é o caso da reestruturação produtiva da indústria petroquímica na Baía de Guanabara. Os investimentos em pesquisa em energia e petroquímica se multiplicam com a ampliação do CENPES no campus da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, amplia-se, também, o número de prédios de administração, comunicação e controle da PETROBRAS no centro da Cidade do Rio de Janeiro e a instalação das redes técnicas de produção e transporte de gás e óleo petroquímicos ligados à REDUC e à Bacia de Campos, em Macaé.

É nesse contexto histórico de mutações sociais e espaciais ligados à industrialização e à urbanização, conformando o território metropolitano do Rio de Janeiro que Baía de Guanabara teve a intensificação de seu uso, consolidando, assim, a expansão intra-metropolitana fluminense nos limites territoriais atuais.

Os parágrafos antecedentes apontaram o processo recente de modernização industrial na metrópole do Rio de Janeiro na vertente da Baía de Guanabara, mas o processo de modernização intensifica-se também na direção da baía de Sepetiba. Em ambas as baías existem milhares de pescadores artesanais e maricultores. Quando apontamos para a compreensão da precarização das forças produtivas da pesca artesanal, lá está também as condições ambientais e as condições de navegação, pesca e moradia. As comunidades de pescadores localizam-se em geral em áreas ribeirinhas e com forte pressão da urbanização, que seja, pelo crescimento da favelização, quer seja pelo crescimento das plantas fabris dos grandes empreendimentos. A cada empreendimento reduz-se a área de pesca e de navegação, segundo As normas legais da Marinha do Brasil que controla as área de “contenção de pesca”, a partir das atualizações anuais das cartas náuticas e das legislações marítimas.

Desse modo, a elaboração de estudos minuciosos sobre a cadeia produtiva da pesca artesanal e as condições do trabalho, nesse contexto de forte metropolização, industrialização e novo *boom* de desenvolvimento nacional a metrópole fluminense vêm passando, tornam-se de extrema importância para a produção científica geográfica, no sentido de repensar alguns conceitos como: modernização, território e economia e de grande importância para apontar e

contribuir na compreensão de fenômenos sociais e de apoio às políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro para o setor da pesca artesanal, visto que apesar de ser antiga as formas institucionais, são muito escassos e imprecisos os estudos sobre as características da atividade, da cadeia produtiva e da condição do trabalhadores da pesca artesanal, o que impede realização de políticas mais eficazes para o setor no espaço fluminense. A maioria dos estudos concentram-se na área da pesca industrial, da biodiversidade marinha e do mercado pesqueiro, o que envolver o circuito ampliado da pesca, incluindo atividades de pesca de outras regiões brasileiras e de outros países, sendo o mercado metropolitano fluminense um pólo internacional, com a presença de pescado como o Salmão do atlântico proveniente do Chile, dentre outros (BARROSO & WIEFELS, 2010). Assim do ponto de vista econômico, se conhece bem o mercado pesqueiro e o circuito da pesca industrial na metrópole do Rio de Janeiro. A aqüicultura, nesse espaço, é pouco expressiva. No entanto, a pesca artesanal é muito expressiva, envolve mais de 20.000 trabalhadores (pescadores e coletores), mas encontra-se ainda pouco conhecida e analisada, conforme apontam as instituições como os presidentes de colônias de pescadores e as FEPERJ (Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro) e o Diretor da FIPERJ (Fundação Estadual de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – Governo do Estado).

RECORTE TEÓRICO E CONCEITUAL

No aprofundamento analítico e compreensivo do conceito de território tem se tornado cada vez mais importante para explicar fenômenos do tempo presente, porque o conceito que tem origem na Geografia Clássica, na Alemanha, com Frederic Ratzel. Conforme MORAES (2005, p.67): "A Geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado Alemão recém-constituído", sendo de grande importância entender a Geografia ratzeliana para buscar melhor compreensão do espaço, e se ter uma ferramenta de grande apoio para expansão territorial. A existência de uma sociedade está representada em território, ou seja, para Ratzel a perda de território aponta a decadência de uma sociedade, e para a sociedade progredir, avançar, ela precisaria conquistar novas terras (RATZEL,

1990, p.180), com base nessa idéia, os ideais bismarckianos são justificados pela geografia ratzeliana.

Por um lado, a relação do Estado com o território tem sido feita de forma coercitiva de controle da sociedade e do espaço geográfico conforme anuncia Polantzas (2000). O autor contribui ainda para identificar o território como próprio da ossatura do Estado, ou seja, faz parte de sua estrutura e da racionalidade técnica própria da burocracia estatal e da imposição da soberania.

Por outro lado, território, atualmente, tem assumido outras noções. O chamado território da cidadania, territórios culturais, vem aparecendo junto às políticas públicas federais. Desse modo, o termo quer seja nas políticas públicas, quer seja na literatura acadêmica tem se tornado cada vez mais presente e mais difuso.

Dentre as conotações predominantes aparecem a relação de poder e a fronteira, quer seja na noção como soberania de Estado, quer seja na noção ligada ao elemento cultural (remetimento à memória, pertencimento) e territorialidade - ações daqueles que produzem seu território e desterritorialização – processo em que indivíduos que perdem seu território. Entretanto, apesar de todas as diversidades semânticas, os ideais de domínio e de poder abrangem a todas essas conotações de território (HAESBAERT, 2006).

Na compreensão dos atuais processos de modernização que se realizam pela lógica econômica, mas também pelas ações e normatizações do Estado, essa modernização excludente – pois ao criar inovações sociais e espaciais – excluem pessoas e instituições, desvalorizam e liquidam outras formas de trabalho. A atividade da pesca artesanal apesar de ser responsável pela contribuição alimentar e ser importante posto de trabalho, vive nos limites contraditórios e paradoxais do Capitalismo. A modernização e a ocupação espacial dos grandes agentes econômicos nacionais e internacionais são pela sua própria natureza e segundo o modelo de racionalidade tecnológica opostos e destruidores dessa economia extrativa e tradicional.

O texto “O papel ativo da Geografia: um manifesto” apresentado no Encontro Nacional de Geógrafos, em 2000, Florianópolis – Santa Catarina, por Milton Santos e sua equipe de pesquisa aponta para a importância de rever o

método em Geografia ao problematizar o conceito de território, que desde os anos 1990 retoma à centralidade nos estudos geográficos e ganha notoriedade nas ciências sociais e na filosofia (HAESBAERT, 2006), a predominância da leitura de território e de territorialidade alencada a ação do sujeito corria-se o risco científico e de leitura de mundo, em dar ênfase a ação do ser social, perdendo de vista o contexto social, ou seja, o conflito no uso da base social e espacial. Para Santos et AL. (2000), a conceituação é explicação do mundo. Geografia é considerada disciplina que mostram a compreensão das relações que se dão entre o homem e o meio, por isso considera o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas de *território usado* (utiliza sempre em itálico). O *território usado* é resultado de processo histórico quanto às bases materiais e sociais das ações humanas. Trata-se de uma questão de método que reconhece a análise mais abrangente da totalidade das causas e dos efeitos dos processos socioterritoriais.

O *território usado* como espaço geográfico permite uma visão mais abrangente e totalizadora da Geografia, desse modo se reconhece as ações dos grandes agentes modernizadores e as ações dos agentes não hegemônicos, mas que também produz espaço geográfico. Assim, o *território usado* permite identificar a totalidade de todos, identificando por meio do pensamento processual as relações entre lugar, formação socioespacial e mundo.

Desse modo, pensar o território como *espaço banal*, conduz a idéia de “o espaço de todos, todo o espaço”(Santos, et al, 2000, p.5). Trata-se do espaço de todos os homens, não importa a suas diferenças, o espaço de todas as instituições, não importa sua força, o espaço de todas as empresas, do Estado, de todas as formas de poder. Para Milton Santos esse é “o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas determinações da totalidade social”(idem, p.8).

Com os pressupostos dos conceitos *território usado* e *espaço banal*, diz Santos et. AL (2000) é possível pensar a trama de relações dos conceitos operacionais à Geografia. A riqueza da Geografia consiste em poder pensar a um só tempo os objetos, a materialidade e as ações – a sociedade e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história. A importância de retomar a análise da totalidade, este é o desafio proposto por Milton Santos.

A compreensão de totalidade, como orientação metodológica sobre o conceito de território, nos aproxima ao conceito analítico de Economia política. Segundo a Literatura a Economia política foi um termo originalmente introduzido por Antonie de Montchrétien em 1615, e utilizado para o estudo das relações de produção, especialmente entre as três classes principais da sociedade capitalista ou burguesa: capitalistas, proletários e latifundiários. Em contraposição com as teorias do mercantilismo, e, posteriormente, da fisiocracia, nas quais o comércio e a terra, respectivamente, eram vistos como a origem de toda a riqueza. O debate sobre a economia política, enquanto debate do papel da ciência e da filosofia no entendimento da produção da riqueza expande-se pela Europa (Inglaterra, França e Alemanha (LUXEMBURG, 1970; HUNT, 1989).

Rosa de Luxemburgo (1970) no seu livro *Introduction à l'économie politique*, 1925, aponta para o debate complexo entre diversos autores no século XIX sobre o significado do termo economia política como possibilidade de pensar a história econômica no engendramento do modo de produção capitalista e sua superação. Apoiada na análise de Marx e Engels identifica a economia política como um campo científico, um campo filosófico a ser pensado - no campo das idéias - sobre as grandes mudanças econômicas, sociais, políticas que ocorrem a partir do Século XVIII, mas sobretudo no Século XIX

Assim, a dimensão política alcançada pelo capitalismo por meio das revoluções burguesas, dos formatos normativos, dos conflitos e interesses no seio do Estado, das formas de imposição ideológicas (moral e ética própria da modernidade) atravessa o chão da indústria e se localiza nas relações de trabalho e nas relações de reprodução social. As formas de reprodução social capitalista são partes constituintes da economia política (LUXEMBURG, 1970, MARX, 1990, HARVEY, 1990, 2004)

O conceito e proposta metodológica de Marx (1989, 1990), Engels (2000) e Luxemburg (1970) no século XIX ganha nova vida e nos ajuda a compreender que a economia não anda sozinha, não é um ente independente das relações sociais e políticas, ela contem em si todas as dimensões da sociedade e, historicamente, da sociedade capitalista, que se pauta pela modernização, produção da modernidade efêmera e fugidia (Giddens, 1992). A

compreensão da economia política remete, a partir do método da totalidade, o reconhecimento dos usos e dos conflitos criados a partir dos usos de múltiplos agentes cada qual com seus interesses, projetos em disputas, que a afirmação de um pode significar a destruição do outro. Esta é a natureza da contradição capitalista.

Desse modo, o território usado é o próprio meio técnico-científico informacional que em contextos metropolitanos, ganha dimensão e vitalidade devido aos múltiplos usos e, sobretudo, a disputa de usos. A modernização ainda orientada pela modernidade busca as rupturas e nega a história dos homens comuns. Desse modo também parece negar a vida, trabalho e história dos pescadores. É uma racionalidade que quer ser dominante e com isso arrasa com a história dos lugares. O conflito estabelece-se, perigos da sociedade global conforme já anunciava Otavio Ianni (2000), imposta pelos globalitarismos (identificação de Milton Santos, 2000b, em que a economia capitalista e o estímulo sem precedentes ao consumo, firmados pela imposição da racionalidade tecnocrática, nega os outros agentes ou negam as formas outras de racionalidades. As formas de dominação se realizam pela disputa de projetos e, também, pela estética e pela publicidade, desse modo a chamada responsabilidade social e ambiental das grandes empresas não passa, na maioria das vezes, de um investimento de marketing, sem, de fato, se preocupar com aqueles que sofrem os impactos negativos da produção e da circulação econômica das grandes corporações (LATOUCHE, 1996, 1999, 2003, 2004, 1975).

A economia política, então, nos ajuda a pensar a natureza dos processos sociais, das forças produtivas e dos projetos e ações em disputas. A pesca artesanal pela sua tradição é pensada como um trampolim, uma atividade a ser extinta. Produção não capitalista. Na verdade, em contextos do Século XXI e de toda a mutação implementada pelo pós-fordismos, pós-modernismo e pelo crescimento da flexibilização e da crise sucessivas do capitalismo, reconhece-se cada vez mais a importância das atividades tradicionais como referências de identidade e pertencimento, de trabalho, de economias solidárias, de construção de sociabilidades frente aos problemas de pobreza, por um lado, e às questões de homogeneização da cultura, por outro lado, numa constatação de que o modo de produção capitalista passa

cada vez mais a conviver e a necessitar de outras formas de produzir, das diferenças e das diversidades culturais (HARVEY, 1996, MASSEY, 1996, ZOAUL, 2006, Ribeiro, 2005). A pesca artesanal faz parte deste contexto de práticas identitárias culturais porque a arte do pescar artesanalmente é passada de geração a geração pela oralidade, tem base comunitária nas relações de sociabilidade e de vizinhança. Além disso, no contexto capitalista e embora constitua atividade primária com forte crise é posto de trabalho em contextos metropolitanos, tende a desaparecer, mas na verdade os representantes institucionais (FEPEERJ e FIPERJ) a atividade está em crescimento e incorporando mais trabalhadores em pleno contexto de desemprego estrutural, sobretudo para os indivíduos de baixa escolaridade². A economia política, portanto, nos ajuda a compreender as relações sociais e as formas de apropriação do espaço e dos recursos (humanos, naturais, saberes, etc.). A economia política do território permite identificar a totalidade em que se inscrevem as relações econômicas (as disputas por território, os projetos em disputas, as ações diversas e as práticas do Estado, as articulações que são políticas entre os agentes da escala local, nacional e internacional).

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo & SILVA, Ma. A. Moraes (orgs.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão popular, 2004.

BARROSO, Renata M. & WIEFELS, Alexandre C. O mercado de pescado da Região metropolitana do Rio de Janeiro – 2010. *INFOPECA – Projecto Mejoramiento Del acceso a los mercados de productos pesqueros y acuícolas de La Amazonia*. Brasil, Peru e Colômbia. Número especial, 2010. ISSN: 1688-7085

ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 6ª edição.

GUIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

² De fato, do ponto de vista do trabalho, existe uma sazonalidade do trabalho, em determinados períodos quando a pesca está muito ruim ou em época de defeso os pescadores migram para outras atividades informais, etc.

HAESBAERT, Rogerio. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 2ª Ed., 395p.

HARVEY, David. *Justice, nature and the Geography of difference*. New York: Oxford, 1996.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Pas e terra, 1989.

IANNI, Otavio. *A Sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LATOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis: Vozes, 2ª. Edição, 1996.

LATOUCHE, Serge. *Le Projet marxiste: Analyse économique et matérialisme historique*, Paris: PUF, 1975.

LATOUCHE, Serge. *Os perigos do mercado planetário*. Lisboa: Instituto Piaget, D.L. 1999.

LATOUCHE, Serge. *Survivre au développement: De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative*. Paris: Mille et Une Nuits, 2004b.

LUXEMBURG, Rosa. *Introduction à l'économie politique*, Paris : Éditions Anthropos, 1970, 277. 1ª edição 1925.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro 1 – O processo de produção do capital – Volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 13ª edição, Prefácio da 2ª. edição, prefácio da edição inglesa.

MARX, Karl. *Textos filosóficos*. São Paulo: Mandacaru, 1990.

MASSEY, Doreen. Space/power, identity/difference: tensions in the city, in: a Merrifield e E. Swyngedouw (orgs.). *The urbanization of injustice*. Londres: Lawrence and Wishart, 1996. 100-116p.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312p.

MORAES, Antônio Carlos Robert (ORG.) *Ratzel: Coleção Grandes Cientistas Sociais Nº59*, São Paulo, Ed. Ática S/A. 1990.

PETROBRAS; MINERA. *Relatório Instalação do Terminal Aquaviário da Ilha Comprida, Adaptações do Terminal Aquaviário da Ilha Redonda e Dutos de GLP na Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2007. .

RATZEL, Friedrich. Anthropogeographie. *Encyclopædia Britannica*. . Encyclopædia Britannica Online. 09 Dec. 1990

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e Humanismo concreto: O mercado socialmente necessário, in Ribeiro et al. *Formas em crise: Utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Editora Arquimedes, 2005, p.93-111.

SANTOS, Milton et. al. *O papel ativo da Geografia: Manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, Julho de 2000. 18p.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308p.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Catia A. da, RESENDE, Alberto T., SOUZA FILHO, Antonio M. *Projetos de modernização, Território Usado e Metrópole do Rio de Janeiro: Tendências da reestruturação produtiva na Baía de Guanabara e seus impactos junto aos trabalhadores da pesca artesanal – desafios para a gestão urbana*. Anais do XI Encontro Internacional de Geocrítica. Buenos Aires. www.ub.es/geocrit. 2010. 15p.